

## “RECRUTAMENTO MILITAR:DIFICULDADES E DESAFIOS”

### INTERVENÇÃO DO MAJOR-GENERAL JOSÉ ESTÊVÃO ALVES

A lei do Serviço Militar aprovada, em 1999, que consagrou o regime de voluntariado como a principal fonte de obtenção dos efectivos necessários às FA para cumprirem as missões que lhes estão atribuídas na Constituição da República, veio a revelar-se, decorridas quase duas décadas, insatisfatória para atingir tal desiderato, particularmente ao nível de praças.

De facto e de acordo com os dados disponíveis, o efectivo em praças, em 2017, foi cerca de 12 000, ficando abaixo de um número desejável que se presume situar num intervalo, entre 15 000 e os 17 000, o que deve ter acarretado naturais limitações no emprego da força militar, sobretudo quando houve sobreposição de solicitações de natureza operacional.

Face ao cenário actual, como reverter a esta situação para que o ingresso no Serviço Militar seja apelativo?

Não se afigura de todo uma tarefa fácil e quando o afirmamos não estamos propriamente a pensar nos aspectos economicistas.

Em 1999, quando da aprovação da Lei do Serviço Militar, a população portuguesa era cerca de 10 200 000, tendo ocorrido 102 800 óbitos e 120 000 nascimentos.

Entretanto, a população portuguesa depois de ter atingido um máximo de 10 570 000, em 2009, desde então tem diminuído há 8 anos consecutivos como consequência do rácio anual óbitos/nascimentos em que o número do óbitos tem ultrapassado sistematicamente o de nascimentos.

Por exemplo, em 2017, a população fixou-se nos 10 370 000, ocorreram 88 150 nascimentos e houve mais 24 000 óbitos do que nascimentos. A população jovem entre os 20 e os 24 anos rondava os 540 000.

Em 2030 daqui a 12 anos - 3 legislaturas – a população residente calcula-se que se situará nos 9 800 000, sendo a a terceira mais envelhecida no mundo – 50,2 anos - atrás da Itália e do Japão.

Acresce ainda a este factor demográfico, o fenómeno da imigração que tem persistido, ao longo dos anos.

Actualmente, 22% dos imigrantes, 2,3 milhões nasceram em Portugal.

Apesar da recente vaga de imigração de licenciados, o grosso é essencialmente mão-de-obra não qualificada e predominantemente jovem, atraídos, por certo, pelos elevados salários praticados nos países europeus mais desenvolvidos onde o salário mínimo atinge em média os 1 500 euros mensais.

No último ano, constatou-se um decréscimo na imigração, contudo há indicadores desta persistir, mesmo que em números mais baixos, se o crescimento da Europa mais desenvolvida for superior ao do nosso país nos próximos anos.

Podemos concluir que o declínio demográfico e seu envelhecimento aliados à persistência da imigração constituirá, num futuro próximo, um entrave significativo ao recrutamento face à previsível diminuição do universo de recrutáveis.

Contudo, em nosso entender, existem, presentemente, constrangimentos que têm tornado a adesão ao Serviço Militar, particularmente, ao nível de praças, menos apelativa. Inclusivamente, no ano transacto, cerca de 1 500 militares pagaram para rescindir, facto que é do conhecimento geral, o que deixa no ar um sério alerta quanto à retenção de efectivos.

Os constrangimentos prendem-se, fundamentalmente, com a retribuição e reconhecimento a quem se voluntariou para servir a Pátria, durante 6 anos, " mesmo com o sacrifício da própria vida".

Mais do que o montante do soldo pago ao longo dos 6 anos e da "prestação pecuniária" no final, importa garantir as condições que possibilitem a reintegração do ex-militar no mercado de trabalho, com dignidade, quando do regresso à vida civil a fim de evitar a percepção da precarização do Serviço Militar.

É certo que está previsto um conjunto de incentivos durante a prestação do Serviço Militar, nomeadamente, para a obtenção de habilitações académicas e para a formação e certificação profissional. No entanto, a crescente falta de efectivos reduz a disponibilidade para os concretizar.

Permitam-me que releve, mais uma vez, a questão da retribuição, sob a forma de incentivos, aos militares, especialmente, praças.

A sua natureza e eficácia está intimamente relacionada ao modo como os jovens percebem o Serviço Militar. A sua génese deve ser enformada pela retribuição e reconhecimento que eles merecem por parte da Nação e dos seus concidadãos.

Mais importante que as campanhas de marketing é o "passa palavra":

- " Valeu a pena".

Ao longo de 6 anos o militar cultivou e aperfeiçoou, no se dia a dia, valências que devem ser aproveitadas como mais-valias no seu regresso à vida civil. Referimo-nos, entre outras, às seguintes:

- Espírito de disciplina;
- Espírito de missão;
- Espírito sacrifício e altruísmo;
- Sentido de hierarquia;
- Sentido de responsabilidade;
- Facilidade de interagir em grupo.

Fruto da nossa experiência no Exército e GNR, no exercício de comando de Unidades, atrevemo-nos a sugerir alguns incentivos que nos parecem susceptíveis de serem implementados, após os 6 anos de Serviço Militar, que talvez possam contribuir para o tornar mais apelativo, no fundo o "valeu a pena":

- Acesso, não condicionado, aos Estabelecimentos de Ensino Superior Público, com a correspondente isenção de propinas;
- Frequência, não condicionada, dos Centros de Formação Profissional, Reciclagem e Aperfeiçoamento;
- Acesso preferencial nos cursos para ingresso:

» Na PSP

» GNR e noutras forças policiais e de segurança, assim como, no Corpo de Bombeiros profissionais e Guardas Prisionais;

- Acesso preferencial na Função Pública e ou Autarquias;
- Facilitação de emprego no sector privado, mediante imposição de cotas.

Sabemos que não será fácil implementar, em tempo útil, o que preconizamos. Alguns questionarão a sua viabilidade: as inércias e as entropias sistémicas surgirão. Por ora, são apenas meras hipóteses para considerar e estudar, se for esse o entendimento.

A existência das FA é um dado inquestionável e os tempos que se avizinham não se perfilam como fáceis dada a crescente dificuldade para obter e manter o seu bem mais essencial: o elemento humano, ou sejam os homens e mulheres necessários á sua sustentabilidade.

Urge estudar e tomar, no curto prazo, as medidas consideradas necessárias para que se reflectam, no médio e longo prazos, como as mais adequadas para garantir a continuidade das FA, a bem da Soberania Nacional.